



remaa

Educação ambiental frente à crise climática: gestão de resíduos, práticas e reflexões em uma equipe terceirizada do TRT-RN

Paulo Filgueira¹

Instituto Federal do Rio Grande do Norte- IFRN
ORCID: orcid.org/0000-0002-8106-9389

Thiago Campos²

Universidade Potiguar - UnP
ORCID: orcid.org/0009-0007-2728-6327

Resumo: Diante dos impactos ambientais da exploração desenfreada dos recursos naturais, a justiça climática emerge como um conceito fundamental para compreender as desigualdades na distribuição dos efeitos das mudanças climáticas para as comunidades mais vulneráveis. Nesse contexto, este estudo apresenta uma intervenção educativa voltada à promoção da justiça climática e da educação ambiental crítica no ambiente institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (TRT-RN), por meio do envolvimento de sua equipe de manutenção terceirizada. A metodologia adotada consistiu em um processo de pesquisa-intervenção com cinco etapas principais: diagnóstico participativo, abordagens cotidianas, atividades práticas, registro das vivências e roda de conversa final. Os resultados evidenciam a potencialidade da educação ambiental como ferramenta de mobilização social em espaços não escolares, favorecendo a conscientização sobre os impactos socioambientais e estimulando a corresponsabilidade coletiva. Entre os principais resultados destacam-se a melhoria no descarte dos resíduos, com separação, pesagem e destinação correta; aumento progressivo do interesse e da curiosidade dos colaboradores em relação à iniciativa; uma reflexão coletiva sobre os impactos ambientais das ações humanas, especialmente no contexto urbano-institucional; e a constituição de um espaço de denúncia e mobilização em prol da justiça ambiental. Assim, a vivência da prática reforçou o potencial da educação ambiental como ferramenta transformadora, capaz de despertar a consciência crítica e promover mudanças concretas mesmo em contextos tradicionalmente afastados das práticas educativas formais.

¹Servidor Público Federal pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, onde atua desde 2014. Graduado em Tecnologia em Gestão Ambiental e Mestre em Ciências Ambientais pelo IFRN – Programa de Pós graduação em Uso Sustentável dos Recursos Naturais desde 2019. Apaixonado pela Gestão de atividades Estudantis, atua na Gestão de recursos estudantis do IFRN desde 2016, sendo os últimos 5 anos na Reitoria do IFRN na Assistência Estudantil. E-mail: paulo.filgueira@ifrn.edu.br

²Eletrotécnico em uma terceirizada na área de manutenção do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, situado em Natal/RN, onde atua desde 2021. Graduado em Tecnologia em Gestão Ambiental pelo IFRN (2023) e graduando em Engenharia de Produção (9º período, término previsto para 2026.1) pela Universidade Potiguar (UnP). Tem interesse em pesquisa nas temáticas de sustentabilidade, energias renováveis e justiça socioambiental. E-mail: sgthiagocampos@gmail.com

Palavras-chave: educação ambiental, crise climática, resíduos sólidos.

Educación ambiental ante la crisis climática: gestión de residuos, prácticas y reflexiones en una empresa subcontratada de TRT-RN

Resumen: Ante los impactos ambientales de la explotación desenfrenada, la justicia climática surge como un concepto fundamental para comprender las desigualdades en la distribución de los efectos del cambio climático para las comunidades más vulnerables. En este contexto, este estudio presenta una intervención educativa orientada a promover la justicia climática y la educación ambiental crítica en el ámbito institucional del Tribunal Regional del Trabajo de la 21.ª Región (TRT-RN), mediante la participación de su equipo de mantenimiento externo. La metodología adoptada consistió en un proceso de investigación-intervención con cinco etapas principales: diagnóstico participativo, enfoques cotidianos, actividades prácticas, registro de experiencias y un círculo de discusión final. Los resultados demuestran el potencial de la educación ambiental como herramienta de movilización social en espacios no escolares, promoviendo la concienciación sobre los impactos socioambientales y fomentando la corresponsabilidad colectiva. Entre los principales resultados, destacamos la mejora en la gestión de residuos, con separación, pesaje y disposición correcta; un aumento progresivo del interés y la curiosidad de los empleados en relación con la iniciativa; una reflexión colectiva sobre los impactos ambientales de las acciones humanas, especialmente en el contexto urbano-institucional; La intervención también resultó ser un espacio de denuncia y movilización a favor de la justicia ambiental. Así, la experiencia práctica reforzó el potencial de la educación ambiental como herramienta transformadora, capaz de despertar la conciencia crítica y promover cambios concretos incluso en contextos tradicionalmente alejados de las prácticas educativas formales.

Palabras-clave: justicia climática, residuos sólidos, investigación-intervención.

Environmental education in the face of the climate crisis: waste management, practices and reflections in a TRT-RN outsourced company

Abstract: In view of the environmental impacts of unbridled exploitation, climate justice emerges as a fundamental concept for understanding the inequalities in the distribution of the effects of climate change for the most vulnerable communities. In this context, this study presents an educational intervention aimed at promoting climate justice and critical environmental education in the institutional environment of the Regional Labor Court of the 21st Region (TRT-RN), through the involvement of its outsourced maintenance team. The methodology adopted consisted of an intervention research process with five main stages: participatory diagnosis, daily approaches, practical activities, recording of experiences and a final discussion circle. The results demonstrate the potential of environmental education as a tool for social mobilization in non-school spaces, promoting awareness of socio-environmental impacts and encouraging collective co-responsibility. Among the main results, we highlight the improvement in waste disposal, with separation, weighing and correct disposal; a progressive increase in the interest and curiosity of employees in relation to the initiative; a collective reflection on the environmental impacts of human actions, especially in the urban-institutional context; and the intervention also proved to be a space for denunciation and mobilization in favor of environmental justice. Thus, the experience of the practice reinforced the potential of environmental education as a transformative tool, capable of awakening critical awareness and promoting concrete changes even in contexts traditionally far removed from formal educational practices.

Keywords: climate justice, solid waste, intervention research.

Introdução

A educação ambiental fundamenta-se na compreensão das relações entre ser humano e natureza, bem como na percepção dos impactos gerados por uma visão utilitarista do meio ambiente. A exploração irrestrita dos recursos naturais e a separação

entre natureza e cultura resultaram em uma crise socioambiental sem precedentes, que afeta todas as dimensões da vida. Problemas como poluição do ar, mudanças climáticas, degradação dos solos e escassez de água evidenciam a gravidade desse cenário, sendo essencial ampliar o debate e a pesquisa para promover uma conscientização crítica e ações voltadas à sustentabilidade (Menezes 2021).

Diante dos impactos ambientais causados pela exploração desenfreada dos recursos naturais, a justiça climática emerge como um conceito fundamental para compreender as desigualdades na distribuição dos efeitos das mudanças climáticas. Estudos indicam que comunidades mais vulneráveis são desproporcionalmente afetadas pelo aumento das temperaturas, eventos climáticos extremos e mudanças nos ecossistemas, tornando essencial a articulação de políticas ambientais mais equitativas e sustentáveis (Branco e Armada, 2018).

É nesse contexto que o presente trabalho se insere, com o propósito de promover a conscientização acerca da educação ambiental, fomentar uma compreensão crítica sobre justiça climática e implementar práticas sustentáveis de gerenciamento de resíduos entre os profissionais da equipe de manutenção terceirizada do Tribunal Regional do Trabalho no Rio Grande do Norte (TRT-RN), contribuindo assim para a educação não formal no ambiente de trabalho.

O Poder Público tem papel fundamental no desenvolvimento sustentável, o que exige um comportamento em que melhores padrões de produção e consumo sejam estabelecidos e os produtores de bens e prestadores de serviço assumam também uma conduta ambientalmente correta, visando minimizar os impactos negativos ao meio ambiente, causados pelas atividades cotidianas, estando obrigados perante a constituição a gerir bem os seus recursos, que são oriundos da sociedade (Jardim, 2016).

A educação ambiental é essencial para promover mudanças sustentáveis e conscientizar sobre a relação entre meio ambiente e justiça climática. A adoção de práticas cotidianas de gestão de resíduos torna esse entendimento mais concreto, reforçando o processo de aprendizagem. A intervenção proposta busca integrar a educação ambiental ao ambiente de trabalho, sensibilizando os profissionais sobre a importância da sustentabilidade e incentivando práticas responsáveis.

Para isso, foram realizadas rodas de conversa sobre as temáticas de saneamento, gerenciamento de resíduos, mudanças climáticas e seus impactos, apresentações de slides e a implementação de um sistema básico de separação e destinação de resíduos gerados pela empresa de manutenção terceirizada do TRT-RN. Assim, a iniciativa contribui para a consolidação de uma cultura ambiental no tribunal e para a redução dos impactos socioambientais.

Para efeitos deste estudo, adota-se o conceito de educação ambiental como um processo contínuo que visa à construção de valores e atitudes voltadas à preservação do meio ambiente e à justiça social (Carvalho, 2001). A perspectiva da educação ambiental crítica, por sua vez, propõe uma abordagem político-pedagógica que problematiza as causas estruturais das crises ecológicas, incentivando a atuação cidadã e transformadora (Loureiro, 2012; Pedrini; Pereira Júnior, 2024). Quanto às práticas educativas não-formais, entende-se como ações pedagógicas desenvolvidas fora do sistema escolar, mas que promovem aprendizagens significativas por meio de vivências e interações sociais (Brandão, 2002; Gohn, 2006). Já a gestão de resíduos sólidos é compreendida como o conjunto de ações normativas, operacionais e educativas voltadas à minimização, separação, reaproveitamento e destinação adequada dos resíduos, conforme estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Educação ambiental como ferramenta para mitigação dos efeitos climáticos

A educação ambiental configura-se como um instrumento essencial na construção de práticas sustentáveis e na formação de uma consciência crítica frente aos desafios da crise climática. De acordo com Gomes e Silva (2023), as políticas públicas brasileiras de educação ambiental têm buscado incorporar os princípios da justiça climática, reconhecendo que os impactos ambientais recaem de forma desigual sobre grupos socialmente vulneráveis. No entanto, embora haja avanços na formulação de marcos legais e diretrizes interministeriais, como os projetos estruturantes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), ainda persistem lacunas na articulação entre os diferentes níveis de governo e na efetivação prática das ações nos territórios. Os autores destacam que a ausência de financiamento contínuo, a descontinuidade política e a fragilidade institucional

comprometem a efetividade das políticas ambientais e a incorporação da justiça climática nas ações educativas.

Segundo Loureiro (2012), a educação ambiental crítica propõe uma formação que supere a visão pragmática e tecnicista, promovendo a emancipação dos sujeitos frente às contradições socioambientais. Reigota (2010) destaca que a EA deve dialogar com o cotidiano e com as representações sociais sobre o meio ambiente, favorecendo a construção de novos sentidos e práticas. Nesse sentido, a perspectiva crítica rompe com a neutralidade da educação tradicional e assume um papel político na transformação da realidade. Carvalho (2001) complementa que a EA deve considerar os contextos locais e as relações de poder que envolvem as problemáticas ambientais. Ao incorporar esses referenciais teóricos, amplia-se a compreensão sobre o potencial transformador da educação ambiental no enfrentamento da crise climática.

A educação ambiental crítica (EAC) tem se consolidado como um instrumento fundamental para o enfrentamento das desigualdades socioambientais e da emergência climática. Segundo Pedrini e Pereira Júnior (2024), a EAC se estrutura a partir de uma abordagem político-pedagógica que visa não apenas à transmissão de conteúdos, mas à construção de uma consciência crítica sobre as causas estruturais das crises ecológicas contemporâneas. Essa perspectiva permite que a educação ambiental ultrapasse os limites do conservacionismo e do pragmatismo técnico, problematizando o modelo de desenvolvimento dominante e suas implicações para os territórios vulnerabilizados. No contexto brasileiro, essa abordagem se torna ainda mais urgente, uma vez que a injustiça climática afeta de forma desproporcional os países em desenvolvimento, como o Brasil, onde populações que menos contribuem para as emissões de gases de efeito estufa estão entre as mais impactadas pelos efeitos do aquecimento global. Assim, integrar práticas educativas ambientais ao cotidiano institucional e laboral, como foi proposto neste trabalho, contribui para o fortalecimento da corresponsabilidade ambiental, da justiça social e da construção de uma cultura voltada à sustentabilidade e à equidade climática.

No contexto deste trabalho, a educação ambiental foi desenvolvida por meio de práticas de educação não formal, entendida como aquela que ocorre fora do sistema escolar, mas que promove aprendizagens significativas em espaços diversos da vida social.

Segundo Gohn (2006), a educação não formal é marcada por sua intencionalidade educativa, sua flexibilidade metodológica e pelo vínculo direto com a realidade dos sujeitos envolvidos. Em ambientes de trabalho, como no caso da equipe terceirizada do TRT-RN, essas práticas se revelam potentes ao integrar experiências cotidianas, saberes locais e vivências laborais, favorecendo a construção coletiva de conhecimentos e a promoção da consciência crítica. Brandão (2002) reforça que, ao reconhecer o sujeito como protagonista do processo educativo, a educação não formal amplia os espaços de transformação social, inclusive em territórios tradicionalmente desprovidos de iniciativas pedagógicas formais.

Justiça climática nos espaços institucionais

É fundamental que os espaços institucionais deixem de ser apenas reprodutores de práticas administrativas e passem a atuar como territórios educativos e transformadores, incorporando a dimensão ambiental de forma crítica e permanente. A gestão pública tem, portanto, papel central na transversalização da justiça climática, seja por meio de políticas ambientais internas, seja pela sensibilização e formação contínua de seus servidores. Apesar dos avanços no reconhecimento da justiça climática como pauta essencial, inclusive nas diretrizes de educação ambiental, ainda são escassas as iniciativas voltadas especificamente para o ambiente institucional (Gomes e Silva, 2023).

Nesse sentido, a intervenção proposta neste projeto adquire relevância ao implementar ações que tornam visível a problemática ambiental no cotidiano do Tribunal, promovendo corresponsabilidade, formação cidadã e práticas alinhadas à sustentabilidade. Dessa forma, o projeto se alinha às recomendações de Gomes e Silva (2023), ao atuar diretamente na transformação de uma cultura institucional ainda marcada por distanciamentos entre discurso e prática ambiental.

Metodologia

A abordagem metodológica adotada neste estudo foi a pesquisa-intervenção, escolhida por seu caráter dialógico, participativo e transformador. Essa estratégia metodológica propõe a produção de conhecimento articulada à ação coletiva e à transformação de uma realidade vivida, com a participação ativa dos sujeitos envolvidos.

Segundo Thiollent (2011), trata-se de um tipo de pesquisa voltada para a resolução de problemas concretos, construída em parceria entre pesquisador e participantes. Franco (2005) complementa que a pesquisa-intervenção valoriza o processo formativo dos envolvidos, contribuindo para a emancipação dos sujeitos e para a construção coletiva de soluções. Dessa forma, a metodologia está alinhada aos pressupostos da educação ambiental crítica, que valoriza o engajamento social, a problematização das práticas e a ação transformadora nos territórios.

A intervenção foi realizada com a equipe de manutenção terceirizada que atua presencialmente no Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (TRT-RN). A participação ocorreu de forma voluntária, respeitando os princípios éticos da pesquisa-intervenção, com atenção à escuta sensível e à preservação da privacidade dos envolvidos. As ações foram desenvolvidas no próprio ambiente laboral, com o intuito de integrar práticas educativas ao cotidiano dos trabalhadores.

A metodologia adotada teve como base o envolvimento direto dos participantes e foi estruturada em cinco etapas principais:

- Diagnóstico participativo: por meio de observação direta e conversas informais, buscou-se compreender as práticas existentes em relação ao descarte de resíduos e levantar percepções iniciais sobre o tema entre os colaboradores;
- Abordagens cotidianas: foram promovidos momentos inopinados de diálogo utilizando linguagem acessível, com o objetivo de apresentar conceitos relacionados à educação ambiental, justiça climática e à gestão de resíduos;
- Atividades práticas: foi implementado um sistema simples e coletivo de separação e destinação correta de resíduos gerados pela equipe, com a definição de uma área específica no almoxarifado para o acondicionamento temporário dos materiais, bem como a realização semanal da pesagem e posterior encaminhamento às *big bags* disponibilizadas pelo tribunal;
- Registro das vivências: ao longo de quatro semanas, foram realizados registros sistemáticos por meio de anotações em diário de campo, fotografias, escuta ativa e relatos informais dos participantes, documentando o processo e as percepções sobre a intervenção;

- Reflexão coletiva final: ao término do período de intervenção, realizou-se uma roda de conversa com a equipe, na qual foi apresentada uma síntese das atividades por meio de uma apresentação na plataforma Prezi, com espaço para avaliação da experiência e sugestões para continuidade ou aperfeiçoamento da prática.

O processo foi descrito e analisado em formato de relato de experiência, com ênfase nos desafios enfrentados, nos aprendizados construídos e nas transformações observadas, tanto individuais quanto coletivas. Esse processo constituiu o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do **Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental e Justiça Climática no Nordeste**.

A metodologia adotada dialoga com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente:

- ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis: ao promover práticas mais conscientes e responsáveis dentro de um ambiente institucional;
- ODS 12 – Consumo e produção responsáveis: ao incentivar o manejo adequado e a redução dos resíduos gerados nas atividades de manutenção;
- ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima: ao integrar a educação ambiental ao cotidiano dos trabalhadores e fomentar práticas alinhadas à justiça climática.

Resultados e discussões

No início da implementação do projeto de intervenção, foram realizadas conversas informais com os membros da equipe de manutenção terceirizada que atua no TRT-RN. A partir dessas trocas espontâneas, foi possível introduzir, de forma gradual e acessível, a proposta de separação e quantificação dos resíduos gerados nas atividades cotidianas de manutenção predial (Figura 1). A iniciativa consistiu na definição de uma área do almoxarifado destinada à deposição temporária dos resíduos, os quais seriam acumulados durante a semana e pesados nas sextas-feiras.

Figura I: Separação inicial de resíduos.



Fonte: Autores.

a) Separação e pesagem de resíduos

Após a pesagem, conforme mostra a figura II, os resíduos seriam descartados corretamente, utilizando as *big bags* já identificadas e disponibilizadas pelo tribunal, respeitando a tipologia de cada material.

Figura II: Pesagem dos resíduos.



Fonte: Autores.

Foram definidas seis categorias de resíduos: plástico, metal, papelão, vidro, eletrônicos e entulho (resíduos da construção civil – RCD). Durante quatro semanas, entre os meses de março e abril de 2025, foi realizada a separação, pesagem e destinação dos resíduos à área de triagem disponibilizada pelo TRT, de onde seriam posteriormente coletados por uma empresa especializada (Figura III).

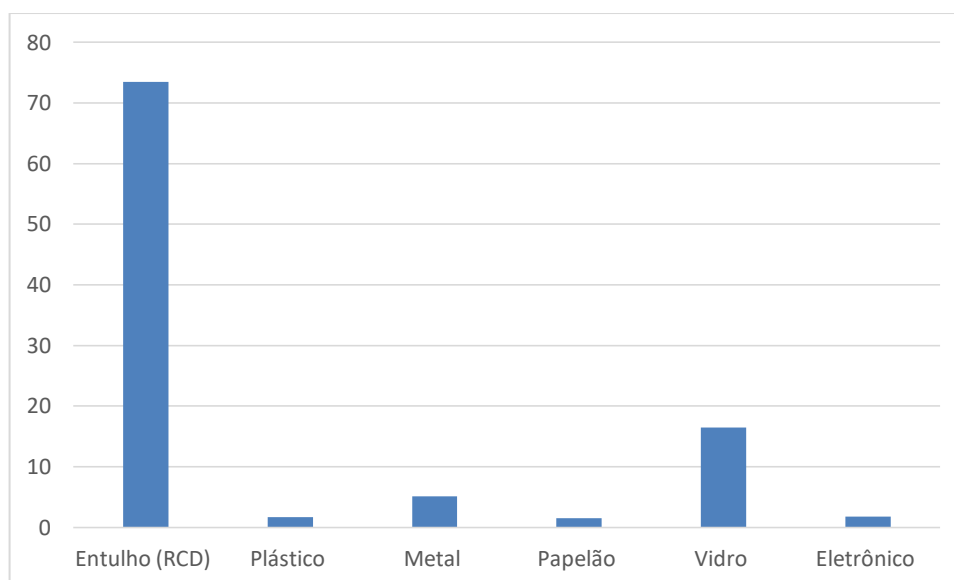
Figura III: Local utilizado pelo TRT para separação de resíduos.



Fonte: Autores.

Durante a prática de intervenção, foram separados e destinados o total de 627,04 Kg de resíduos, conforme ilustra a figura IV.

Figura IV: Percentual de resíduos separados durante a prática de intervenção.



Fonte: Autores.

b) Engajamento da equipe

Ao longo desse período, foi possível observar um aumento progressivo do interesse e da curiosidade dos colaboradores em relação à iniciativa. Esses momentos de separação e

pesagem tornaram-se espaços propícios para práticas de educação ambiental não formal. Neles, eram compartilhados, de forma espontânea, os conceitos estudados no Curso de Aperfeiçoamento em Educação Ambiental e Justiça Climática. Conforme Gomes e Silva (2023), ao se utilizar uma linguagem simples e acessível, se torna viável a transmissão do pensamento científico e de informações de interesse público, trazendo à luz conceitos e efeitos das mudanças climáticas, fomentando reflexões e ações de mitigação desses eventos.

c) Reflexões críticas

Dessa forma, a prática cotidiana foi sendo incorporada como oportunidade educativa e de sensibilização ambiental, fortalecendo o vínculo entre teoria e prática. Conforme Pedrini e Pereira Júnior (2024), a Educação Ambiental Crítica deve ir além da simples difusão de informações, problematizando as causas estruturais das crises ecológicas e promovendo o enfrentamento político-pedagógico das injustiças socioambientais. Alinhada a essa perspectiva, na quarta semana da intervenção, foi realizada uma roda de conversa com os trabalhadores envolvidos, na qual foi apresentada uma exposição elaborada na plataforma Prezi, com o mesmo título deste trabalho.

A apresentação abordou conceitos fundamentais como educação ambiental, justiça climática e a importância do correto tratamento dos resíduos gerados nas atividades de manutenção predial, articulando esses conteúdos ao cotidiano laboral dos participantes. Foram utilizados recursos visuais autoexplicativos, com o objetivo de garantir a compreensão por pessoas com diferentes níveis de escolaridade (Figura V). Tal escolha dialoga com o que afirmam Gomes e Silva (2023), ao defenderem que o uso de linguagem acessível e estratégias visuais contribui para democratizar o conhecimento ambiental e fomentar a construção de uma consciência crítica entre os sujeitos historicamente afastados dos processos formais de educação.

Figura V: Apresentação sobre educação ambiental, justiça climática e roda de conversa.



Fonte: Autores.

Durante a roda de conversa, também foi exibida uma matéria jornalística sobre a mortandade de peixes ocorrida no Rio Trairi, em 2021, devido à contaminação causada por resíduos oriundos de lixões da região de Monte Alegre. Essa escolha foi intencional, já que, antes da implementação da intervenção, os resíduos da equipe de manutenção do TRT-RN eram depositados, sem separação, em uma baia no subsolo do prédio e posteriormente coletados por uma empresa especializada, como mostra a figura VI.

Figura VI: Resíduos sem separação depositados na baia.



Fonte: Autores.

Em conversa com os trabalhadores dessa empresa, foi informado que a destinação final desses resíduos era justamente o lixão de Monte Alegre, por ser mais próximo de suas residências. Essa realidade evidenciou uma injustiça socioambiental: muitos colaboradores dessa empresa têm contato direto com os rejeitos sem a proteção adequada, ficando expostos a riscos de ferimentos e contaminação. A constatação desse fluxo inadequado de descarte reforçou a urgência e relevância da intervenção, ao mesmo tempo em que contribuiu para o fortalecimento da consciência crítica entre os próprios trabalhadores. A prática permitiu vivenciar, na prática, os princípios da justiça climática e da gestão responsável de resíduos, estimulando uma reflexão coletiva sobre os impactos ambientais — e também sociais — das ações humanas, especialmente no contexto urbano-institucional marcado por desigualdades. A figura VII mostra a baia que antes era utilizada para depositar os resíduos sem separação, agora limpa, devendo permanecer dessa forma com a continuidade do projeto de triagem dos resíduos oriundos das atividades de manutenção.

Figura VII: Baia que servia como depósito de resíduos da manutenção.



Fonte: Autores.

A intervenção junto à equipe de manutenção terceirizada do TRT-RN revelou que a educação ambiental, quando aplicada de forma acessível, dialógica e contextualizada, pode produzir impactos concretos, mesmo em ambientes não escolares. A proposta de organizar um sistema simples de separação e quantificação dos resíduos, construída coletivamente

com os trabalhadores, mostrou-se viável e mobilizadora. Os colaboradores participaram ativamente das atividades práticas e da roda de conversa, o que se refletiu em mudanças perceptíveis de comportamento, como maior atenção ao descarte correto e valorização das práticas sustentáveis. A escuta sensível e a valorização dos saberes locais permitiram que temas complexos como justiça climática, impactos ambientais e responsabilidade coletiva fossem compreendidos de forma significativa. Os trabalhadores passaram a reconhecer a ligação entre suas ações cotidianas e os problemas ambientais globais, desenvolvendo uma consciência crítica que se traduziu em maior engajamento e corresponsabilidade.

Outro resultado relevante foi a constatação, durante a escuta ativa, de que os resíduos recicláveis estavam sendo destinados a um lixão. Essa realidade gerou indignação e reflexão entre os participantes, apontando para a necessidade de rever os fluxos institucionais de gerenciamento de resíduos. Assim, a intervenção também se mostrou um espaço de denúncia e mobilização em prol da justiça ambiental. A experiência representou uma oportunidade de atuação em um contexto profissional diferente daquele ao qual o autor principal deste artigo está habituado, reforçando o caráter interdisciplinar da educação ambiental e sua potência como instrumento de transformação social no cotidiano do trabalho.

Considerações Finais

A vivência da prática reforçou o potencial da educação ambiental como ferramenta transformadora, capaz de despertar a consciência crítica e promover mudanças concretas mesmo em contextos tradicionalmente afastados das práticas educativas formais. A metodologia adotada, centrada na escuta, na participação ativa e na contextualização das ações, contribuiu para uma experiência significativa tanto para os trabalhadores quanto para o autor do projeto. A intervenção cumpriu seus objetivos ao articular teoria e prática de forma ética, crítica e participativa. Além de promover a sensibilização dos envolvidos, o projeto também gerou questionamentos importantes sobre as responsabilidades compartilhadas no manejo de resíduos e sobre o papel das instituições públicas na construção de uma cultura de sustentabilidade. Como legado, a experiência deixa registros, aprendizados e possibilidades de continuidade. Espera-se que o projeto inspire novas

práticas ambientais dentro do ambiente de trabalho e em contextos similares, fortalecendo o compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e contribuindo para a consolidação de uma cultura institucional voltada à justiça ambiental.

Em um cenário de crescentes desigualdades climáticas, reafirma-se a importância de políticas públicas integradas e da atuação consciente dos trabalhadores como agentes de transformação socioambiental. Somente por meio da justiça climática e do compromisso coletivo poderemos avançar rumo a um futuro sustentável e equitativo.

Referências

BRANCO, Mateus Gabriel; ARMADA, Charles Alexandre Souza. **Desafios e perspectivas para a justiça ambiental face à nova realidade das mudanças climáticas**. REBELA, v. 8, n. 2, p. 322-340, maio/ago. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 147, p. 3, 3 ago. 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2001.

FRANCO, Maria Angela Mattar Y. **Pesquisa-intervenção: reflexões epistemológicas e metodológicas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483–502, set./dez. 2005.

GOMES, Karolina von Sydow Domingues; SILVA, André Chaves de Melo. **Educação ambiental e justiça climática: o que dizem as políticas públicas brasileiras?** Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 477–491, 2023. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/revbea/article/view/7782>. Acesso em: 04 abr. 2025.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

JARDIM, Leila Maria de Souza. **Gestão ambiental no Poder Judiciário do Estado do Tocantins: análise do Tribunal de Justiça, com foco na educação ambiental: propostas de educação ambiental**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins; Escola Superior da Magistratura Tocantinense, Palmas, 2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental crítica: contribuições para a construção de uma pedagogia do território.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 119, p. 725–741, jul./set. 2012.

MENEZES, Priscylla Karoline de. **Educação ambiental.** Recife: Editora Universitária da UFPE (EDUFPE), 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49421>. Acesso em: 31 mar. 2025.

PEDRINI, Douglas; PEREIRA JÚNIOR, Alfredo José. **Educação ambiental frente à emergência climática: uma proposta de guia didático para aplicar numa trilha interpretativa.** Cadernos de Educação Ambiental e Cultura, v. 11, n. 24, p. 174–196, 2024. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/ceac/article/view/17723>. Acesso em: 11 maio 2025.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental.** 292. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Submetido em: 07-06-2025

Publicado em: 15-08-2025